



SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 06.982.752/0001-81

22. RESULTADO FINANCEIRO		24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS		Nota		2025	2024																																
Despesas financeiras:		Risco de mercado		Passivos financeiros:																																			
Atualização financeira sobre compromissos futuros	(101)	(257)	Orisco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.	Outros passivos mensurados ao custo amortizado:		478	646																																
Impostos sobre operações financeiras	(101)	(105)	Quanto aos ativos, a Companhia avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxa de mercado variando de 97,5% a 102,0% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 8 e nº 9.	Fornecedores																																			
Atualização financeira sobre impostos a recolher	(953)	(1.666)	Gestão de risco de liquidez	A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.																																			
Outras despesas financeiras	(1.160)	(2.071)	A companhia mitiga o risco de liquidez ao qual está exposta por meio do monitoramento contínuo das previsões das exigências de liquidez de suas dívidas, bem como da manutenção de saldos aplicados, passíveis de resgate a qualquer momento, para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.	Análise de sensibilidade de taxa de juros																																			
Receitas financeiras:			Tabela do risco de liquidez	Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros a Companhia, objetivando evidenciar um eventual desdobramento futuro, de acordo com as premissas detalhadas.																																			
Rendimentos de aplicações em renda fixa	1.453	900	A seguir são apresentados os passivos financeiros da Companhia e o montante a ser pago nos períodos destacados. Cumpre ressaltar que os passivos financeiros foram calculados de acordo com os fluxos de caixa não descontados da Companhia, tendo como base a data mais próxima na qual a Companhia possui expectativa de liquidar suas obrigações, além de considerarem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros com encerramento em 31 de dezembro de 2025.	A análise de sensibilidade utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais projetadas para o ano de 2026 (fonte Boletim Focus datado de 26 de dezembro de 2025) CDI (15,00%) e IPCA (4,32%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente.																																			
Atualização depósito judicial	960	1.699		Os resultados são como seguem:																																			
Juros recebidos sobre ressarcimento do CNPE nº 03/2013	199	-		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Operação</th> <th>Nota</th> <th>Exposição 2025</th> <th>Risco</th> <th>Impacto</th> <th>Cenário I</th> <th>Cenário II</th> <th>Cenário III</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa e equivalentes</td> <td>8</td> <td>22.606</td> <td>Baixa do CDI</td> <td>Resultado</td> <td>3.391</td> <td>2.543</td> <td>1.695</td> </tr> <tr> <td>Aplicação financeira</td> <td>9</td> <td>198</td> <td>Baixa do CDI</td> <td>Resultado</td> <td>30</td> <td>22</td> <td>15</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td>478</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Operação	Nota	Exposição 2025	Risco	Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Caixa e equivalentes	8	22.606	Baixa do CDI	Resultado	3.391	2.543	1.695	Aplicação financeira	9	198	Baixa do CDI	Resultado	30	22	15	Total		478							
Operação	Nota	Exposição 2025	Risco	Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III																																
Caixa e equivalentes	8	22.606	Baixa do CDI	Resultado	3.391	2.543	1.695																																
Aplicação financeira	9	198	Baixa do CDI	Resultado	30	22	15																																
Total		478																																					
Outras receitas financeiras	-	3		A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.																																			
Total líquido	1.452	531		25. COBERTURA DE SEGURO (*)																																			
23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		Seguro "Direção & Offices" (D&O)																																			
A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime de lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:		A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime de lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:		A Controladora Brasil FCH renova, para ela e suas controladas (direta e indireta), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2026, mantendo a cobertura no montante de R\$70.000 (sendo a cobertura compartilhada em aplice única com outras Companhias do Grupo).																																			
Alíquota nominal	34%	34%	Alíquota nominal	34%	34%																																		
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(25.997)	(24.188)	Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(25.997)	(24.188)																																		
Crédito constituído	-	-	Crédito constituído	-	-																																		
Exclusões (adições) permanentes:			Exclusões (adições) permanentes:																																				
Outras diferenças permanentes, líquidas	269	652	Outras diferenças permanentes, líquidas	269	652																																		
Diferenças temporárias (*)	-	11	Diferenças temporárias (*)	-	11																																		
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	(25.728)	(23.525)	Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	(25.728)	(23.525)																																		
Correntes	(25.727)	(23.536)	Correntes	(25.727)	(23.536)																																		
Diferidos	(1)	11	Diferidos	(1)	11																																		
(*) A Companhia possui saldo de ativo fiscal diferido reconhecido em função das diferenças temporárias gerada pelos ajustes financeiros do CCVE.		(*) A Companhia possui saldo de ativo fiscal diferido reconhecido em função das diferenças temporárias gerada pelos ajustes financeiros do CCVE.		(*) A Companhia possui saldo de ativo fiscal diferido reconhecido em função das diferenças temporárias gerada pelos ajustes financeiros do CCVE.		(*) A Companhia possui saldo de ativo fiscal diferido reconhecido em função das diferenças temporárias gerada pelos ajustes financeiros do CCVE.																																	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Santa Fé Energética S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Fé Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Fé Energética S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditores de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distor-

ções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, fabricação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e

com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOULCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/8-8 "P" MG

Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3

Fique bem informado todo dia

Já estamos no Whatsapp!
Siga nosso canal e receba, diariamente, as principais notícias econômicas de Minas Gerais!

Siga nosso canal no Whatsapp através do link <https://bit.ly/Comunidade-dc> ou pelo qr code



13:49

Diário do Comércio
1,2 mil seguidores

Hoje

Custo da construção em Minas Gerais é menor o nacional
O custo médio da construção teve alta de 0,17% em 2025
diariodocomercio.com.br

Bom dia! ☀️

Confira os destaques desta sexta-feira, 12 de Janeiro de 2024!

Custo da construção em Minas Gerais é menor que o nacional
Sinapi foi impulsionado pelas despesas com mão de obra

Leia em:
<https://diariodocomercio.com.br/economia>



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 11/02/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal Diário do Comércio. Acesse também através do link: <https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/11-02-2026-p3>

